

Marcel Bursztyn

Doutor em Desenvolvimento Econômico e Social, professor da Universidade de Brasília (Departamento de Sociologia e Centro de Desenvolvimento Sustentável).

Raízes

Vol. 22, Nº 01, jan.–jun./2003

Trabalho recebido em
03/11/2003

Aprovado para publicação em
18/03/2004

O PODER DOS DONOS, 20 ANOS DEPOIS... OU A INCRÍVEL E TRISTE HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES DESAVORECIDAS E SUAS ELITES DESALMADAS

RESUMO

O texto revisita, 20 anos depois, a obra *O Poder dos Donos*. Ali, ficava evidente a plasticidade das velhas formas do patrimonialismo, espinha dorsal da estrutura econômico-social do Sertão nordestino, com intrincado enraizamento na ordem política da região. Explorando a hipótese da ressurgência da tradição, mesmo diante de surtos modernizantes, o artigo apresenta novos elementos explicativos do contexto recente: o deslocamento da visibilidade nacional da questão regional, do Nordeste da seca para a Amazônia da floresta; o esvaziamento político dos currais eleitorais rurais; a emergência da exclusão social como campo de estudo e como questão urbana.

Palavras chave: patrimonialismo, seca, exclusão, tradição, modernidade

“O PODER DOS DONOS” TWENTY YEARS LATER ... OR THE AMAZING AND SAD HISTORY OF DEPRIVILEGED POPULATIONS AND THEIR SOULLESS ELITES

ABSTRACT

The text is an update of the book *O Poder dos Donos*, 20 years later. It was clear, then, the plasticity of the old forms of patrimonialism that sustains the Northeast's Sertão economic and social structure, with deep roots in the politics of that region. The article explores the hypothesis that the resurging tradition, even facing modernizing phases, shows new aspects that explains the recent context: the displacement from national visibility of the regional question, from the Northeastern draught to the Amazonian forests; the political emptiness of the old captive reservoirs of voters; the emergence of social exclusion as a field of studies and as an urban question.

Key words: patrimonialism, draught, exclusion, tradition, modernity

Em face à civilização, na marcha em que ela vai, e como a conduzem, os povos não têm muito a escolher: ou participam do trotar geral, ou são esmagados. [...] Voltemos-nos para estes povos, abandonados por aí, atrasados, nulos. Observemo-los, tristes e resignados, ou revéis e convulsos — e sempre miseráveis, ao lado de uma natureza sempre compassiva e úbere. É o bastante para afirmar a convicção de que o mal é fundamental, orgânico, e vem da herança, da educação social e política, das próprias condições de nossa formação: a opressão parasitária, que logo dividiu as populações coloniais contra elas mesmas, e as conduziu a esta quase incapacidade para o progresso, afundando-as na ignorância, perturbando-as, pervertendo-as, à proporção que nasciam e se desenvolviam. (Manoel Bomfim, 1905:321-322)

Sempre que se anuncia o início de *novos tempos*, é tempo de avaliar o que os *velhos tempos* deixaram como legado. O Brasil encontra, no alvorecer deste novo século, uma oportunidade ímpar de inflexão de tendências históricas, nos aspectos relativos a seu projeto de futuro. Não é a primeira oportunidade com que nos defrontamos, mas, sem dúvida, é mais uma e merece ser aproveitada. Refiro-me a um conjunto de fatores, que convergem para a configuração de um quadro especial de referência propício a mudanças num sentido positivo.

Esgotou-se uma era, que durou cerca de duas décadas. Período no qual prevaleceu, doutrinariamente, uma vertente de políticas públicas e gestão governamental em que a lógica do mercado assumiu o papel fetiche de regulador maior da sociedade e da dinâmica econômica. Enfraqueceram-se as (já nada fortes) estruturas institucionais do governo, reduzindo, dramaticamente, a capacidade de empreender iniciativas voltadas à construção de um futuro definido como desejável. Ficaram comprometidas as capacidades públicas de mobilizar recursos para investimentos em projetos de longo (e, mesmo, de curto) prazo, devido à crise fiscal do Estado e ao agravamento da dívida pública, que resultam em corrosão da *governança*. Ampliou-se o fosso que separa a riqueza da pobreza, inclusive em termos regionais. A legitimidade social do planejamento governamental foi perdendo substância, na medida em que os planos editados revelaram-se meras peças de retórica, descoladas de resultados efetivos.

O ciclo neoliberal se fecha, após ter cumprido uma função desconstrutiva. Agora, mais uma vez, emergem agendas de desenvolvimento nas quais conceitos que haviam sido obscurecidos — como planejamento e Projeto Nacional — retornam ao debate político. É tempo de pensar o futuro e, evidentemente, de retomar experiências abortadas ou esquecidas. É uma boa oportunidade para se avaliar o que de novo está surgindo e quais as pendências ainda não resolvidas.

Três elementos se sobressaem como novidades que servem de pano de fundo para a retomada do debate sobre a *questão Nordeste*: a ampliação do espaço da sociedade civil no universo da definição e operacionalização das políticas públicas (o avanço da democracia participativa); a emergência dos trabalhadores rurais sem-terra como categoria social atuante de forma notável na arena política; e a consagração do princípio da *sustentabilidade* como moldura inseparável do processo de desenvolvimento.

É nesse contexto que uma releitura de **O Poder dos Donos** [Bursztyn, 1984] pode indicar pistas que permitam aferir eventuais mudanças e persistências no quadro regional. Concluída há pouco mais de 20 anos, a tese que deu corpo às idéias que aparecem nessa obra é o coroamento de um desafiante processo de desvendar de um terreno desconhecido para o autor. Movido por indagações e indagações, a pergunta central era:

como e por que toda uma complexa teia de programas e políticas governamentais voltadas, formalmente, ao enfrentamento do eterno problema do semi-árido nordestino (seca — miséria — emigração) vinha se perpetuando e se reproduzindo, apesar da evidente inoperância e falta de efetividade no cumprimento de seus propósitos?

A motivação que levou à aproximação do tema remonta, na verdade, à conclusão evidente de um estudo sobre favelas e populações de bairros periféricos no Rio de Janeiro. As favelas, embora constituíssem um problema em si, eram, na verdade, o resultado de um processo de desequilíbrio entre a atratividade inerente à dinâmica da cidade e a rejeição de amplas massas de emigrantes, as quais deixavam o campo por causa do esgotamento das condições de subsistência em condições mínimas. Dentro deste contexto, o retirante nordestino se apresentava como um tipo-ideal, cuja lógica merecia ser entendida.

Passadas já quase duas décadas da criação da SUDENE e do aparecimento de um emaranhado de ins-

trumentos de planejamento regional, entender o que se passava no Sertão era mais do que, apenas, um fascinante desafio. Era, também, um intrigante labirinto de razões e percepções que só foram se revelando com a prática. Afinal — e aí vai a principal constatação que as pesquisas revelariam — os programas não poderiam ser avaliados simplesmente pela racionalidade de sua efetividade, de acordo com os objetivos explícitos; mais que isso, o que contava era sua função como vetores de perpetuação da mesmice, da continuidade de uma história de dominação *patrimonialista* que já durava mais de quatro séculos.

Para entender a questão central que fundamentava a tese, foi necessário recorrer a três eixos de estudos. No campo teórico, cabia uma fundamentação em conceitos essenciais, como os de autoritarismo, legitimidade, formas de dominação, estruturas de poder, patrimonialismo e tantos outros. No campo histórico e sócio-econômico-cultural, foi preciso beber na fonte de grandes fundadores do pensamento social brasileiro (como Maria Isaura Pereira de Queiroz, Josué de Castro e Gilberto Freyre), bem como de mestres da literatura (como Euclides da Cunha e José Lins do Rêgo), da Economia (Celso Furtado), da Geografia (Manoel Correia de Andrade e Milton Santos) e do direito (Raymundo Faoro e Vitor Nunes Leal). Foi, sem dúvida, uma fase de descobertas e fascinação.

Contudo, faltava um terceiro eixo, que daria consistência e fundamentação ao trabalho e que iria, sobretudo, apontar o rumo das constatações: a pesquisa empírica. Foram selecionados alguns programas de ação governamental incidentes sobre o semi-árido para testar as hipóteses e para testemunhar as constatações. Assim, foram escolhidos o Polonordeste, o Projeto Sertanejo, o Programa de Aquisição de Alimentos do INAN, o Sistema Nacional de Crédito Rural, o fomento ao cooperativismo, a irrigação pública, as frentes de emergência das secas, dentre outros.

Não é o caso aqui de elencar todo o universo de conclusões a que se chegou. Mas há algumas que nos convidam a uma reflexão, à luz dos tempos atuais, por tratarem de questões que permanecem atuais na agenda política. Um desses temas é o clientelismo.

1. NOVOS CORONÉIS

Há 50 anos, Nunes Leal profetizara que o *coronelismo* estava com os dias contados, pois se tratava de um

fenômeno atrelado ao caráter rural de nossa população. O Brasil, na época, tinha cerca de 70% de sua população vivendo no campo. Atualmente, somos menos de 20%, oficialmente, vivendo no meio rural, embora não se possa qualificar a totalidade dos urbanos de efetivamente vinculados à lógica da cidade.

O Poder dos Donos já apontava que surgiam formas de regeneração do clientelismo, que se conformavam no meio rural, a despeito da perda de hegemonia política de alguns velhos coronéis — resultado de novos pactos, onde uma tecno-burocracia, atrelada ao poder público, substituíra representantes históricos do latifúndio. Eram agrônomos da Emater, funcionários do Banco do Brasil, assistentes sociais e outros protagonistas de ações governamentais que traziam algum benefício às populações do campo e que passavam a ser identificados como novos representantes (mediadores) do Estado. Tradicionalmente desprovidas de cidadania, as populações menos favorecidas associavam o poder público à pessoa que encarnava (como mediadora) as poucas funções públicas a que tinham acesso: um hospital, em caso de urgência; ou inscrição em frente de trabalho, em caso de seca. Tal papel era desempenhado pelos latifundiários, com quem os trabalhadores tinham vínculos de trabalho. Mas, com a disseminação de programas especiais de governo, a partir da década de 1970, as relações de moradia e parceria foram perdendo espaço para formas mais modernas de assalariamento, reduzindo-se a margem de atrelamento e vinculação social do trabalho à terra.

Também no meio urbano, para onde se canalizava parte do fluxo de emigrantes que fugiam do flagelo e da precariedade da vida no campo, uma modalidade original de clientelismo emergia. Clientelismo possibilitado pelo fortalecimento político de prefeitos, que se convertiam em mediadores de prebendas e favores, associados ao acesso a condições de vida e habitação (lotes, infra-estrutura e depois alimentos).

Somando-se o caso dos técnicos operadores de programas governamentais ao dos prefeitos que assistiam com favores aos recém-chegados do campo nas pequenas cidades, testemunhamos, já no início da década de 1980, ao surgimento do que chamamos de *novos coronéis*. Seu poder já não estava mais atrelado ao patrimônio, como no velho *coronelismo*, mas ao caráter de operadores de ações governamentais que resultavam em assistencialismo. Estava aberto o campo para o surgimento de políticos que serviriam de base local ao fundamento da legitimidade do poder central e regional (estadual), a custo muito mais

“barato” do que as velhas elites economicamente atrasadas.

Nos últimos vinte anos, a capacidade do poder central adquirir — por meio de programas regionais e locais — sua legitimidade, foi se estreitando. Quanto mais a crise fiscal do Estado se agravava, mais parecia que de fato os dias do *coronelismo* estariam contados. A criatividade de nosso sistema político, entretanto, mostrou-se maior do que as limitações orçamentárias.

A partir da segunda metade da década de 1980, testemunhamos uma renovação do foco das alianças fortalecedoras de lideranças locais que, por sua vez, adquirem capacidade de catalizar apoios (via sufrágio) a pactos políticos nacionais. A fórmula mágica encontrada, de baixíssimo custo para a União, foi a concessão de direitos de exploração das ondas de rádio e televisão. Poderoso instrumento de formação de opinião, a mídia falada e televisiva ajudou a cristalizar um notável sistema de apoios, num momento em que se consolidaram as redes nacionais de comunicação. Naquela época, já se podia dizer que o *novo coronel* assumia uma fisionomia urbana e se comunicava com as bases pela mídia, não necessitando mais arcar com os dispêndios que caracterizavam a velha forma assistencialista de dominação política. Foi tão marcante esse processo, que a Constituinte de 1987/88 teve a participação de 19 parlamentares proprietários de meios de comunicação (3,4% do total de constituintes), um diminuto grupo dentro do universo da população do País [Bursztyn, 1989].

Os anos de 1990, já marcados pelo agravamento da crise fiscal do Estado e pelo esgotamento do “modelo concessão de ondas” como vetor do *novo coronelismo*, ainda revelaria uma nova modalidade de revigoração daquela velha prática. A crescente miséria de grandes contingentes de população das cidades permitiria que certos governantes passassem a adotar práticas quase semelhantes às que eram usuais na velha Roma: pão e circo para os desfavorecidos. Em nosso caso, muito mais pão do que circo, pois este último é bem substituído pela própria televisão, esta, sim, um dos mais democratizados bens de consumo do País. Distribuição de cestas básicas, vales de toda espécie (pão, leite, gás, energia, transporte) e complacência com a ocupação irregular de áreas (públicas e privadas) parecem ser o novo paradigma do velho assistencialismo que resulta em fortalecimento de novos coronéis — coronéis urbanos.

Se **O Poder dos Donos** assinalava que a tese da extinção do *coronelismo* com o fim da ruralidade não estava se verificando, agora podemos afirmar, peremptoriamente, que a idéia lançada sobre o surgimento de novas formas de *coronelismo* é — lamentavelmente! — de grande atualidade.

2. O FATOR SECA COMO COMPONENTE DA POLÍTICA

Já se passaram cerca de 125 anos, desde que D. Pedro II prometeu vender até a última jóia da coroa para assegurar que um flagelo, como o provocado pela grande seca dos anos 1877-1879, jamais se repetisse. Estamos há quase um século da criação da inspetoria que daria lugar ao DNOCS e umas seis décadas da constituição da companhia do Vale do São Francisco. Muito se gastou em estudos, na construção de açudes e na implementação de grandes projetos de irrigação. Mas a seca segue como o grande vetor que move a política no semi-árido...

A cada período de estiagem mais aguda, novamente a história se repete: carros pipa mobilizados por políticos influentes; alistamento de trabalhadores em frentes de obras tipicamente keynesianas; distribuição de mantimentos; enfim, *assistencialismo*, embora não universalizado ao conjunto dos flagelados.

Entre os episódios de secas, o imaginário regional se mobiliza para grandes obras redentoras, como a construção de grandes açudes (como o caso recente do Castanhão) e obras de adução. É verdade que, há algum tempo, não se tem falado em *chuvas artificiais*; agora, é tempo de transportar as águas do São Francisco para os estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. E há, até, quem vislumbre um projeto ainda mais ambicioso: a transposição das águas do Tocantins!

Não mudou muito o foco das políticas públicas para o Sertão. E não mudou muito a situação do Sertão. O Nordeste não virou a Califórnia, como se prometia nos anos de 1970. Passadas três décadas de investimentos em irrigação pública, o modelo de modernização do velho sertanejo, que seria transformado em *farmer*, revelou-se um fiasco. A redenção do semi-árido não ocorreu. Experiências exitosas de perímetros irrigados, envolvendo pequenos produtores, revelaram-se efêmeras quimeras.

O Poder dos Donos investigara um caso intrigante de sucesso em Sumé — Paraíba. Nesse município, um reduzido grupo de 46 famílias protagonizava uma ex-

periência alentadora. Lideradas por um competente (e rigoroso) gerente, agrônomo dos quadros do DNOCS, a comunidade dedicava-se ao cultivo do tomate industrial, que era adquirido por uma empresa da região. Tudo parecia ir muito bem, mas um mergulho nas entranhas do projeto revelava incertezas: todas as ações eram altamente subsidiadas pelo Estado; os irrigantes eram, na prática, “funcionários” de um sistema de produção *fordista*, em que o capataz (gerente) exercia, tiranicamente, sua liderança; os produtores mais dóceis e laboriosos eram recompensados com privilégios na comercialização de seus produtos, em moldes semelhantes ao *stakhanovismo* soviético; os outros, arcavam com as perdas; o mau uso das técnicas e a abundância de água sem cobrança mostrava que o solo logo se tornaria impróprio, pela erosão e salinização. A pergunta lançada, então, foi se a experiência sobreviveria ao fim dos subsídios e à substituição da gerência autoritária. Uma questão sobressaía: seria aquele um modelo possível de ser generalizado no semi-árido? O tempo revelou que o verdejante oásis de Sumé era, de fato, uma miragem fugaz.

3. O NOVO RECRIANDO O VELHO

Já foi assinalado que o clientelismo é uma marca característica da política local no Nordeste. Focos de modernidade surgiram nas duas últimas décadas e poderiam estar apontando para mudanças no modo de fazer política na região. Afinal, uma vez majoritariamente urbana — sobretudo, no caso das grandes cidades que desenvolveram atividades econômicas secundárias e terciárias — as populações tenderiam a buscar formas de representação política mais modernas.

O estado do Ceará revelaria a plasticidade das velhas formas de se fazer política, regeneradas no tecido urbano. A dinastia Jereissati, que desanca os velhos coronéis latifundiários — Bezerra, Távora e Cals — é o testemunho de que o espaço do *coronelismo* não é incompatível com arranjos econômicos modernos. Indústria pujante e turismo, mesmo valendo-se de relações de trabalho capitalistas e atuais, não parecem servir de contraponto a uma persistente promiscuidade entre as esferas da política (no sentido de *politics*) e da política (no sentido de *policy*).

A máxima de que no Sertão o *continuismo* se vale, até mesmo, de mudanças para que tudo fique como sempre esteve [Bursztny, 1989], é (lamentavelmente!) ainda atu-

al. A tese da *legitimação recíproca* entre velhas estruturas de poder local e um poder central, visando apoios eleitorais e parlamentares, permanece como epicentro da política. Não se trata de um fatalismo inexorável, mas apenas de uma constatação desconcertante.

Há, entretanto, atualmente, sinais alentadores de que *mudanças para mudar* estejam se conformando. A luta pela reforma agrária — que já havia se expressado como fato novo nas Ligas Camponesas, mas que mergulhara num sombrio eclipse por longas décadas — ressurgiu com força, a partir da última década do século 20. Já não se trata mais de eclosões localizadas, como a do Engenho Galiléia. Agora é, de fato, um movimento social de amplo espectro. O estrangulamento das possibilidades de migração e mobilidade social, vislumbrada no universo urbano, tornou a reforma agrária um tema absolutamente legítimo e atual. Mais de um século depois das grandes transformações rurais promovidas nos países que galgaram uma trajetória de desenvolvimento econômico e social, o Brasil (e o semi-árido não foge a esta tendência) parece, finalmente, ter acertado sua agenda de reforma agrária. Resta a preocupação de tal oportunidade não se dissipar em frustrantes episódios de fracasso produtivo.

4. O NORDESTE JÁ NÃO É MAIS A REGIÃO PROBLEMA

Vinte anos atrás, qualquer referência ao Nordeste estava, inevitavelmente, associada a seu caráter de região-problema. Foco de interminável onda de emigração e lócus de um “ciclo vicioso de pobreza”, a região tornou-se, a partir dos anos desenvolvimentistas de JK, o berço de uma formidável profusão de programas de desenvolvimento. Esses programas visavam reduzir o fosso econômico que a separava do eixo dinâmico do País. O colapso do planejamento como mecanismo promotor de projetos de desenvolvimento, a partir dos anos de 1980, situou o Nordeste numa zona de sombra, enquanto foco de políticas públicas diferenciadas. Estas, nunca cessaram, mas as fontes financeiras se reduziram drasticamente. Paralelamente, emerge no panorama internacional uma nova questão que marcaria, profundamente, o panorama das prioridades regionais brasileiras: a crise ambiental.

Nesse contexto, a Amazônia emerge como novo território de prioridades governamentais, em virtude do desafio de preservação das florestas. Se, na década de 1970, as políticas de desenvolvimento regional lidavam com o Nor-

te e o Nordeste como regiões geopoliticamente associadas¹, a partir da segunda metade da década de 1980 a floresta se torna prioridade. Para a Amazônia se deslocariam vultosos recursos de programas financiados por agências multilaterais.

5. POBRES, MISERÁVEIS, EXCLUÍDOS

Hoje a favela já não é mais “o grande problema” das cidades, como no tempo do estudo que inspirou a trilha de **O Poder dos Donos**. Atualmente, o que preocupa nas cidades são questões de duas naturezas. Em primeiro lugar, não importa mais a favela, mas o que surgiu na favela: a contravenção como força política interna, servindo de mecanismo regulador e substituindo o Estado-Nacional, que sempre foi ator ausente naquele contexto. Em segundo lugar, preocupa nas cidades o fato de que um grande contingente de pessoas nem chega às favelas. São os excluídos, vítimas de uma brutal “seleção natural”, que não conseguem atingir a condição de marginalizados, como os retirantes de outrora. A histórica pobreza de amplas camadas da população, que marca nosso País desde os primórdios da colonização, agravou-se e foi-se convertendo em miséria. Esta condição, típica de contextos rurais, como no Sertão, reproduziu-se rapidamente no tecido urbano, com o agravante de que a cidade é “fim de linha” e, portanto, torna-se impossível um novo “êxodo”.

Não bastasse a perversa trajetória da pobreza rumo à miséria, outro processo simultâneo está em curso, com conseqüências ainda mais dramáticas: a passagem da condição de miséria à de exclusão. Nesse caso, o caminho não tem volta e os laços de pertencimento ao mundo da cidade são rompidos. Se os marginalizados possuíam algum vínculo com a vida urbana — na qualidade de biscateiros, prestadores de algum tipo de serviço — os excluídos são absolutamente *desnecessários*, tornando-se indesejáveis e *perigosos* [Bursztyn, 2000].

A existência de um fosso separando o Nordeste do Sul e, mais precisamente, o Sertão das grandes metrópoles industriais, não desapareceu, passadas mais de quatro décadas das propostas pioneiras do GTDN. Por outro lado, um fato novo surgiu: um grande fosso, intransponível,

dentro das próprias grandes cidades, opondo o mundo incluído — em diversos níveis econômicos — ao da exclusão social.

6. CONCLUSÃO: UM CICLO QUE SE FECHA, VOLTANDO AO PONTO DE PARTIDA

Não se pode omitir, ao se discutir a atualidade de algum estudo sobre o Nordeste, a marcante presença dos trabalhos que abriram o caminho para tantas teses e estudos. De Gilberto Freire a Chico de Oliveira, de Euclides da Cunha a Manoel Correia de Andrade e tantos autores que não podem ser esquecidos, é, sem dúvida, o nome de Celso Furtado que marca a trajetória de quem busca *um projeto para o Nordeste*. Se um grande número de intelectuais inspiraram o **Poder dos Donos**, é na obra do mestre Furtado que encontramos o rumo para uma saída. Seu legado, obscurecido pelos descaminhos de 21 anos de autoritarismo e mais uma década e meia de desventura neoliberal, é hoje mais do que atual. A questão que move o desafio persiste: qual é o Projeto?

A SUDENE, que foi concebida como bastião da implantação de um processo de desenvolvimento de longo prazo, sofreu graves revezes: a possibilidade de uma reforma agrária na Zona da Mata foi abortada pelo golpe militar de 1964; a industrialização por meio de incentivos fiscais revelou-se uma falácia que favoreceu mais investidores oportunistas do que a região; a questão hídrica não foi equacionada; o fosso que separava o Nordeste do Centro-Sul aumentou; a identidade de “região-problema” foi eclipsada pela magnífica mobilização de opinião pública nacional e internacional em torno da “questão amazônica”, que emerge nas agendas ambientais a partir dos anos de 1980. Capturada por elites inescrupulosas, a SUDENE tornou-se foco de mazelas administrativas e estigma de incompetência e corrupção. No bojo da maré desestatizante e da perda de legitimidade da função de planejamento governamental, a agência acaba sucumbindo. Como em todo o legado desestruturante do neoliberalismo que contaminou as mentes políticas e intelectuais brasileiras ao longo da década de 1990, a fórmula adotada foi a padrão:

¹ Ver PIN — Programa de Integração Nacional — que buscava resolver o “problema” do Nordeste (excesso de população), ao mesmo tempo em que solucionava o “problema” da Amazônia (sub-povoamento). Em termos geopolíticos, a estratégia servia de válvula de escape numa região (onde havia pressão evidente por novos arranjos fundiários) e também viabilizava a estratégia dos militares de “integrar para não entregar”.

no lugar do *mau Estado* adota-se o *não Estado*, ao invés do *bom Estado*.

A extinção da SUDENE coincide com o fim do ciclo neoliberal no Brasil. O contexto internacional, que desencadeia sucessivas ondas de crises nacionais — em que a débâcle da Argentina é apenas o exemplo caricatural do grau de decadência a que uma sociedade pode chegar quando entregue ao livre jogo das forças de mercado, sem capacidade de regulação pública — aponta para caminhos imperativos. Não é possível navegar sem rumo; não é possível governar sem *governança*. Um país não se desenvolve sem um Projeto Nacional alicerçado em instituições públicas sólidas, capazes de instituir e fazer valer as regulamentações e as vontades coletivas. Sem regulamentações não há regulação. E sem regulação, não há futuro.

Devemos a Furtado o aprendizado de que é preciso planejar o desenvolvimento, traçar o mapa, a trajetória a ser seguida. É um imperativo para o Brasil e para o Nordeste. A palavra de ordem é: reinventar o planejamento. E, no Nordeste: reinventar a SUDENE! Não há muita novidade na pauta que deve servir de base a um Projeto para o Nordeste. Talvez o que haja de mais relevante para uma atualização do Projeto seja a busca do desenvolvimento em consonância com o imperativo da *sustentabilidade*.

Brasília, novembro/2002

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BONFIM, Manoel. *A América Latina — Males de Origem*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 1993.

BURSZTYN, Marcel. *O Poder dos Donos — Planejamento e Clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *O País das Alianças — Elites e Continuísmo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. “Oligarquias Camaleônicas — da arte de se equilibrar no poder”. In: Kosminsky (org.), *Agruras e Prazeres de uma Pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. Marília: Papesp/Unesp, 1999.

_____. *No Meio da Rua — nômades, excluídos e viadores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.